



MASSAS

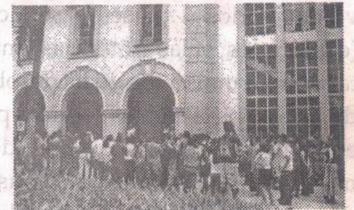
ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 314 - DE 27 DE FEVEREIRO A 13 DE MARÇO DE 2006 - R\$ 1,50

A disputa interburguesa ao redor das eleições ameaça arrastar as massas. Contra isso, é preciso impulsionar as lutas pelas reivindicações.



Metalúrgicos do ABC: as fábricas aumentaram seus lucros; resultado: mais demissões. Só a luta pode defender o emprego e o salário

Crise na PUC: ou se luta pelo ensino público ou a saída será mercantil: demissões e piora do ensino.



**Bolívia: as massas começam a enfrentar Evo
Palestina: aumentam as pressões sobre o Hamas**

Não ao salário mínimo de fome do governo do PT/Lula!!

Em defesa de um salário mínimo vital, suficiente para a família trabalhadora!

Que as assembleias sindicais discutam e votem por ele e por uma campanha nacional de luta!

Denúncias

Pobreza na América Latina/Caribe:

25% da população sobrevive com pouco mais de 4 reais ao dia
48% da renda ficam com os 10% mais ricos, quase metade está com a ultra-minoria exploradora

Os dados acima são publicados pelo Banco Mundial, um dos organismos financeiros que sangra as nações latino-americanas. A aparente contradição – denúncia/exploração – se desfaz com o receituário do BIRD para os governos reduzirem a tal disparidade entre concentração de riqueza e de pobreza. Diz assim: “programas de previdência social e de subsídios à energia e educação superior tendem a beneficiar desproporcionalmente os que menos precisam de ajuda”. Por detrás dessa colocação está a exigência de aumento da privatização da previdência e do ensino superior. Elogia os projetos assistencialistas, como o Bolsa Família no Brasil, “Famílias em Ação” na Colômbia e “Oportunidades” no México, como mecanismos de “distribuição de renda”.

A constatação da pobreza tem, portanto, dois objetivos: 1) pressionar os governos dos países semicoloniais (explorados pelas potências imperialistas) a irem mais a fundo na desobrigação do Estado para com os serviços públicos, entre eles a educação e a previdência; 2) mostrar que a pobreza e a conseqüente desigualdade como um problema que tem solução no sistema capitalista, por meio do assistencialismo.

Os governos latino-americanos vêm aplicando as diretrizes neoliberais do BIRD/FMI há quase vinte anos. As reformas da previdência e da educação foram executadas com o objetivo de desonerar o Estado e transformá-las em um negócio rentável para os capitalistas. As conseqüências foram desastrosas para a maioria da população. A pobreza se generalizou, atingindo países que outrora eram tidos como mais “desenvolvidos” e mais “alfabetizados”, a exemplo da Argentina. Ainda mais: cresceu a distância da renda per capita entre regiões de um mesmo país, como ocorre no Brasil entre o Centro-Sul e o Nordeste.

Segundo os números apresentados pelo Banco, caiu um pouco a pobreza na América Central de 30% para 29% e em uma parte da América do Sul de 24% para 19%. Por outro lado, cresceu na região andina, de 25% para 31%.

Na verdade, a pobreza e a miséria estão por todos os lados. As pequenas taxas de crescimento econômico no continente não trouxeram os empregos que foram destruídos com as privatizações e corte de recursos aos serviços sociais. Milhões de postos de trabalho foram eliminados nessas duas décadas. O assistencialismo dos governos só serve para comprovar a que ponto chegou a miserabilidade do povo.

A erradicação da pobreza está diretamente ligada ao fim do sistema capitalista, que impõe a exploração de uma ultra-minoria sobre as grandes massas. O falatório do Banco Mundial sobre a pobreza só serve para acobertar a sangria sobre as nações atrasadas e sobre a maioria já oprimida da população.

Bolsa Família nada tem a ver com o combate à pobreza

O Banco Mundial elogiou o Bolsa Família. Diz que a pobreza atrapalha o crescimento econômico da América do Sul/Caribe. E que, no Brasil, é preciso diminuir a desigualdade social para que o país possa crescer. Compara o Continente com o crescimento econômico na Ásia, mostrando que foi pífilo. Como diretriz, reforça a política neoliberal de “abertura comercial e oportunidades aos mais pobres”. Entre as oportunidades está o Bolsa-Família.

Tudo isso não passa de uma farsa para esconder o saque imperialista sobre as economias semicoloniais. O Bolsa-Família mostra a estatura da burguesia brasileira e do governo. Lula não teve vergonha de dizer que seu programa social permitiu que os famintos passassem a comer três vezes ao dia. A esmola mensal média de R\$65,00 perpetua a miséria.

O real é o fato de 34 milhões de pessoas dependerem da doação diária de R\$2,00. Portanto, são milhões que vivem com menos de 1 (um) dólar por dia.

O real é o fato de 8,7 milhões de famílias viverem à míngua e na dependência

desse “auxílio” do governo para comprar o gás, manter seus filhos nas escolas e ter alguma comida. Não por acaso, constituem uma legião de famintos.

O real é o fato de que para receber a esmola depende da comprovação da pobreza, estipulada em R\$100,00 per capita.

Os governos aplicam as diretrizes imperialistas que destroem postos de trabalho, entregam as riquezas nacionais e eliminam os serviços públicos apoiados nos programas de combate à fome e à pobreza.

O governo do PT/Lula não fez senão dar continuidade à política de FHC. O Bolsa-Família é uma herança do assistencialismo do PSDB. Foi reeditado em outubro de 2003, depois do descalabro que foi o Fome Zero, para juntar o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação. Tudo junto para contabilizar os tais R\$65,00, na melhor das hipóteses.

O Bolsa-Família serve aos interesses do Banco Mundial e aos planos eleitoreiros dos governos. Tem-se transformado em mais uma fonte de corrupção. Os pobres vivem à míngua, são usados pelos organismos imperialistas como “alternativas de combate à miséria” e são arrastados pelos partidos e governos burgueses para alinhar seus planos de manutenção do capitalismo decadente.

Combater a pobreza exigindo:

Emprego a todos os que estão aptos ao trabalho. Para isso, impor a escala móvel das horas de trabalho, que é a divisão do número de horas de trabalho pelo número de trabalhadores.

Salário mínimo vital. Que nenhuma família receba menos que o necessário para a sua manutenção, hoje em torno de R\$2.500,00.

Um único sistema gratuito de educação, saúde e previdência, sob o controle dos trabalhadores. Estatização de todo o sistema privado dos serviços essenciais, sem nenhuma indenização.

O combate à pobreza implica a unidade dos explorados contra os exploradores. Erradicar a pobreza e elevar as condições de vida da maioria oprimida requer a ação direta contra os capitalistas nacionais e estrangeiros e seus representantes no poder do Estado.

Trabalho e escola a toda juventude

27% dos jovens de oito capitais entre 15 e 24 anos estão fora da escola e excluídos do trabalho;

28,4% em São Paulo; 33,5% em Recife; 27,9% em Porto Alegre; 28,8% em Brasília e 29,3% em Belém, para citar alguns exemplos, da juventude nessa faixa etária não trabalha e nem estuda.

A maioria, mais de 60% dos filhos das camadas pobres da população, corre atrás do emprego e procura vagas nas escolas públicas.

Taxados de “vagabundos”, “ociosos”, “preguiçosos”, “violentos” e toda sorte de adjetivação negativa, esses jovens estão sendo massacrados pelo capitalismo em seu potencial físico-intelectual.

Por que estão fora das escolas?

O sistema de ensino público não garante vagas para todos. Se está fora da idade estipulada pelo governo não pode frequentar o curso regular. Precisa matricular numa suplência, de curta duração e restrita a algumas escolas. Se “abandonou”, por qualquer razão a escola”, dificilmente conseguirá acesso a outra. Se já foi reprovado e se encontra “fora da série correspondente a sua idade”, nem pensar em retomar os estudos. Se cometeu algumas falhas, consideradas violentas, foi “convidado” a se retirar da escola.

Como se vê, são tantos os mecanismos que impedem o acesso livre aos bancos escolares. Tudo para livrar os governos da responsabilidade perante a educação gratuita.

A privatização do ensino médio técnico e das universidades cresceu violentamente. A juventude da periferia das metrópoles que procura um curso profissionalizante está impedida porque a maioria das escolas é privada. Por todos os meios, inclusive utilizando as escolas públicas, correm as propagandas do ensino técnico particular, garantindo “estágios remunerados” e colocação no mercado de trabalho. Um negócio promissor para os capitalistas que já conseguiram 78% das matrículas, entre 2001 e 2005. Soma-se a isso o funil que é imposto para ter acesso à universidade pública.

Depois de todas essas barreiras, o governo acusa a juventude de não estar matriculada nas escolas de ensino médio. Chegou ao ponto de publicar uma pesquisa dizendo que está caindo o número de jovens nesse nível de escolaridade. Diz que, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, milhares de jovens entre 15 e 17 anos – idade determinada pelo governo – deixaram de se matricular. Só em São Paulo, houve 132 mil matrículas a menos do que o ano passado. Houve queda em 12 Estados. Isso para um país que somente 9 milhões de jovens têm acesso ao ensino médio.

Os Estados onde o ensino médio encolheu são aqueles onde há maior número de jovens sem trabalho e os mais ricos da federação. Puxam essa lista São Paulo, Minas Gerais, Rio de Jane-

iro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os pedagogos governamentais justificam com o palavreado de “correção de fluxo”, “mudança demográfica” e outros argumentos descolados da materialidade do problema.

A realidade é que a juventude está sendo barrada nas portas das escolas, os governos cortam recursos à educação, acarretando fechando de escolas e salas de aula, e parte dos filhos de trabalhadores não consegue combinar os estudos com a jornada estafante de trabalho, isso quando consegue furar o bloqueio das vagas e do mercado de trabalho.

Por que a juventude não trabalha?

A inserção no mercado de trabalho é outra batalha muito dura para a juventude. Os patrões querem experiência comprovada em carteira. Fazem os testes, que são verdadeiros vestibulinhos, para verificar se sabem ler e escrever corretamente. Exigem “boa aparência”, medida pelo físico e pelas roupas. Diferenciam os negros dos brancos. Jogam uns contra outros na concorrência pela vaga. Pedem currículo e comprovante de endereço. Essas barreiras têm o objetivo de responsabilizar o jovem pela reprovação na “seleção”.

A verdade é que não há emprego para todos. Os capitalistas destroem os postos de trabalho, precarizam os contratos, eliminam direitos e impõem as mais perversas formas de contratação da mão-de-obra.

A juventude em plenas condições mentais e físicas é alijada do trabalho. Vender a força de trabalho é o único meio de sobrevivência dessa maioria. Retirar essa forma de sobrevivência é condená-la à miséria e aos males da sociedade capitalista.

Defender a vida dos jovens é defender a sua inserção na produção social. E exigir o salário e as condições necessárias à sua sobrevivência.

Organizar a juventude trabalhadora

É preciso organizar a juventude no partido revolucionário. A dispersão de milhões de jovens vítimas da opressão permite à burguesia manter seu regime de exploração. Tanto os jovens da classe operária quanto o da classe média empobrecida padecem dos males do capitalismo. Fazem parte da maioria nacional oprimida, constituída pelo proletariado, camponeses e pequena burguesia urbana. Trata-se de uma força viva e revolucionária, mas desorganizada. Os desempregados sequer têm como atuarem em sindicatos. Aqueles que estão fora da escola não têm sequer como lutar pela organização estudantil.

Ganha importância o trabalho de organização da juventude nos bairros operários. Igrejas e ONGs atuam no sentido de canalizar a revolta da juventude para o culturalismo, religiosidade e pacifismo. Tudo isso muitas vezes disfarçados. A ausência do partido proletário permite que a massa oprimida de jovens continue dispersa e influenciada pela ideologia da classe dominante.

Está aí o grande problema. Sem o partido revolucionário, a juventude não tem como manifestar-se programaticamente contra o capitalismo. Reivindicações elementares, como escola e trabalho, dependem da unidade dos jovens, organizados para combater político e ideologicamente a burguesia.

Aumenta a pressão para ampliar a privatização da Previdência

Assim que o governo do PT/Lula tomou posse, deu continuidade à Reforma da Previdência de FHC. Criou mais mecanismos que dificultaram a aposentadoria dos servidores públicos, estipulou mais perdas salariais para aqueles que tinham cumprido o tempo de serviço mas não a idade exigida, taxou os aposentados e elevou o valor dos descontos. Preservou as abastadas aposentadorias da cúpula do judiciário e da camarilha dos militares. Portanto, descarregou o rombo da Previdência sobre o funcionalismo público.

Agora, novamente o governo traz à tona o crescimento do déficit previdenciário. As alternativas de contenção do déficit vêm no sentido de aumento da idade mínima para a aposentadoria ou reajustes menores do salário mínimo. Sobre o mínimo, impôs os R\$350,00. Com isso, poupou os governos e os capitalistas. Mas não resolveu o alegado déficit da Previdência.

A Previdência da maioria dos Estados está falida. Para pagar o rombo seriam necessários R\$527 bilhões.

Os Estados mais ricos da federação são os que mais quebraram a Previdência. O déficit em São Paulo, no ano passado, foi de 8.839,4 bilhões; Minas Gerais, 2.827,6; Rio Grande do Sul, 2.656,6 e Rio de Janeiro, 2.617,2. Estados como Ceará (81,3 milhões) e Rio Grande do Norte (344,1 milhões) também destruíram os cofres da Previdência. Totalizando, em 2005, 20 bilhões.

Onde foi parar o dinheiro?

Os servidores públicos têm nos seus holerites o desconto compulsório, no valor mínimo de 11%. Os governadores deveriam depositar a contrapartida, mas não o fizeram. Os cofres da Previdência ficam nas mãos deles e, por isso, usam o

dinheiro como lhes convém. As fraudes e a corrupção andam soltas por todo o sistema previdenciário. Os governantes manejam o dinheiro para pagar empresários, banqueiros, construir presídios e outras obras de interesses eleitoreiros. Portanto, solapam a Previdência e atribuem a culpa do déficit as servidores públicos.

Banco Mundial e governos preparam nova reforma da Previdência

Com o falso argumento de que é preciso conter os gastos dos Estados, principalmente com a Previdência, o governo, sob a orientação do BIRD, levanta a necessidade de avançar a reforma nesse setor. A exigência: aumentar a idade mínima para a aposentadoria. Ou seja, diminuir o tempo em que o Estado tem de arcar com o pagamento de aposentadoria. Se se aposenta aos 70 anos e o tempo de vida médio é de 75 anos, o Estado só bancaria cinco anos.

Veja a que ponto chegou o capitalismo. Primeiro, explora o trabalhador por mais de 35/30 anos (aqueles que têm

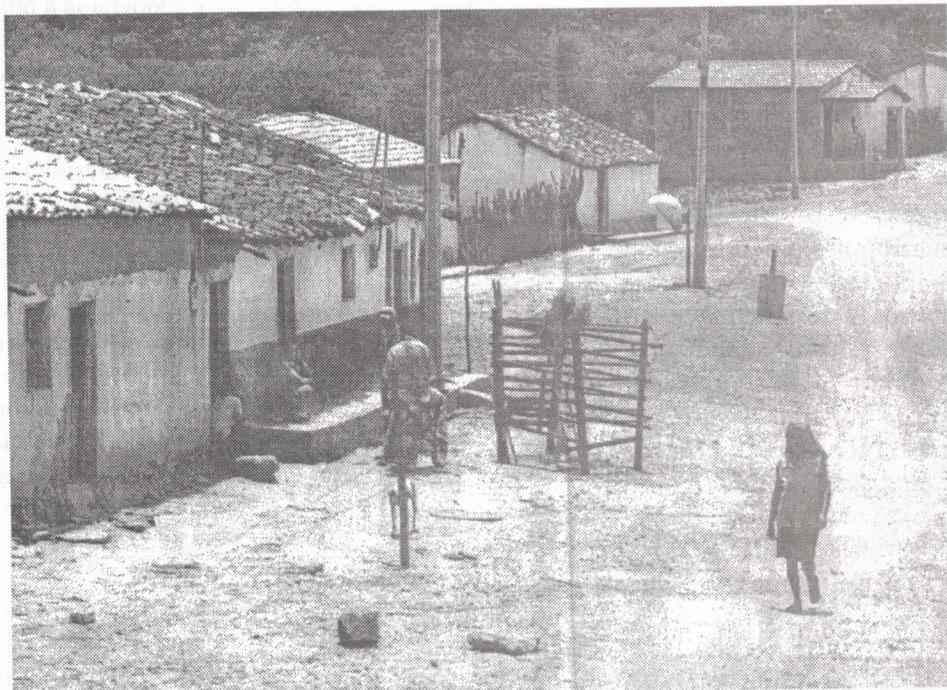
vínculo empregatício), depois exige a idade de 65/60 anos e, agora, quer ir mais longe. Tudo para salvar o capitalismo que apodrece em meio a tamanha concentração de riqueza pela burguesia e tamanha miséria das massas. A corrupção é um dos elos da desagregação. Trata-se de um sistema que não tem sequer condições de manter seus escravos assalariados.

Rechaçar por meio da luta de classe a Reforma da Previdência

A derrubada da reforma privatista da previdência requer mobilização coletiva dos servidores públicos e demais trabalhadores. A burocracia sindical está comprometida até os ossos com as reformas neoliberais, por isso não mexem uma palha em favor das reivindicações dos explorados.

Combater a reforma defendendo:

Um único de sistema previdenciário, estatal, sob o controle dos trabalhadores e que nenhum aposentado receba menos que o salário mínimo vital.



Nas ruas de Guaribas (PI), sem calçamento, as pessoas se juntam em frente às casas, em qualquer dia, sem ter trabalho.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

A luta interburguesa ao redor da sucessão

A disputa eleitoral

Apesar da continuidade das denúncias de corrupção contra o governo do PT/Lula, as pesquisas vão confirmando o fortalecimento da candidatura à reeleição. Este reflete a ampla campanha publicitária que o governo tem feito ao redor do assistencialismo e dos índices econômicos alcançados nos três anos de governo. Lula mandou abrir os cofres para reforçar os programas sociais, melhorar o sistema viário, favorecer setores do empresariado com incentivos etc. Busca retomar o apoio das massas empobrecidas e de setores da classe média, essencial para a reeleição. E pressiona o PMDB para que se incorpore à chapa governista e sele o destino da disputa eleitoral.

A oposição burguesa encontra-se dividida. O PSDB tem a seu favor a possibilidade de uso da crise política para tornar as denúncias de corrupção contra o governo em centro de sua campanha eleitoral. Mas não conseguiu consensuar um candidato que encabece a disputa. A cúpula do partido tentou negociar a retirada da candidatura de Alckmin, mas a maioria do partido e as suas bases empresariais mais fortes o preferem em relação a Serra. A realização de uma prévia refletiria essa situação, por isso FHC, Tasso e Aécio Neves a rejeitam. Por trás da concorrência entre os candidatos, está a disputa entre as frações do capital: Serra tem em sua trajetória posições de atrito com setores do capital. Já Alckmin está provado pelos 12 anos em que esteve no governo estadual, como vice e como governador, sempre expressando os interesses da burguesia paulista. É uma marionete em suas mãos. As críticas de setores da burguesia vão no sentido de que poucos foram os grupos econômicos beneficiados por esse governo, que Serra seria mais democrático na divisão das vantagens obtidas a partir do controle da máquina do Estado burguês.

O PSDB vacila para não ir dividido à campanha. A escolha de Serra em oposição à maioria do partido pode levar a uma candidatura esvaziada e fadada ao fracasso. A escolha de Alckmin, que não tem projeção nacional, pode inviabilizar a chance de vitória, ainda vista como possibilidade, de acordo com o decorrer da crise.

O PMDB procura se colocar como fiel da balança e tirar todas as vantagens disso. As frações oposicionistas ao governo têm como objetivo a candidatura própria, que potenciaria o papel do partido nas negociações para um segundo turno, e dariam projeção nacional ao candidato, visando às eleições de 2010. Os governistas gostariam de ocupar a vice-presidência na chapa de Lula, mas podem optar pela candidatura própria para pressionar os outros partidos da base governamental na disputa pela influência no futuro governo (ocupação dos ministérios e cargos).

Caminhos da crise política

A CPI dos Correios dá continuidade à crise política, num tom mais baixo. As denúncias das propinas de Furnas aos políticos do PT e PSDB foram atenuadas pelos depoimentos contraditórios das testemunhas e pela má preparação da lista

apresentada, dada como manipulada. As denúncias contra os fundos de pensão, que multiplicaram seus investimentos nos bancos Rural e BMG para remunerá-los pelo esquema do vale-rioduto, não deram resultado. A quebra de sigilo de operações realizadas no exterior pode levar à exposição dos esquemas que tinham como pivô o publicitário Duda Mendonça, mas isso ainda depende de negociação entre os partidos, pois envolve o PSDB de Minas Gerais. O chamado de Duda para depor na CPI depende dessa negociação.

A CPI se encolheu e se reservou o papel de caixa de munição para a disputa eleitoral. As denúncias que ali se farão só servirão aos propósitos de ataques de campanha. Por isso, os partidos burgueses zelam para que as denúncias não levem ao prejuízo de suas negociações no interior do Estado e nas relações com o capital. Certamente que contam com a colaboração dos partidos de esquerda que se submetem à disputa interburguesa na CPI.

A contenção da economia

Os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2005, por mais polêmica que exista ao redor da precisão do índice, revelam alguns fatos.

Primeiro: o Brasil teve o segundo pior desempenho na América Latina, perdendo apenas para o Haiti, que está em guerra civil. Isso mostra que o fraco crescimento da economia se deu em meio a uma situação externa favorável. Indica que as dificuldades de crescimento têm raízes na crise política que se arrastou durante 2005 e comprometeu o investimento.

Segundo: os setores da economia cresceram de forma bem diferente. A indústria teve crescimento pouco superior à média nacional. A construção civil ficou abaixo dos 2%. O agronegócio, que vinha crescendo de 10% a 20% ao ano, ficou em 0,8%. Os que mais ganharam em 2005 foram os bancos, que revelaram lucros recordes. Comércio e serviços também cresceram mais que a média nacional. E as exportações continuaram aumentando bem mais que o crescimento interno, o que mostra que a economia voltada ao mercado interno teve desempenho ainda pior.

O setor do agronegócio, que vinha puxando a taxa do PIB para cima desde 2004, enfrenta as dificuldades geradas pela alta do real frente ao dólar e o esgotamento do crescimento do comércio mundial de grãos, motivado pelas disputas interimperialistas. Com o dólar em baixa, os preços têm valor real reduzido. Sem a possibilidade de ampliar o mercado, o faturamento cai. A substituição de plantios de soja por milho e cana no sudeste do país expressam a saturação do crescimento do agronegócio exportativo. O governo tem dificultado o subsídio (financiamento barato ou a fundo perdido) aos capitalistas do campo, para preservar as metas da política econômica e os gastos dedicados à campanha eleitoral. Quanto ao dólar, Lula tem tentado frear a valorização do real, inclusive com mais um adiantamento de pagamento da dívida externa (6 bilhões de dólares em títulos). Mas o volume de dinheiro que ingressa, fruto das exportações (100 bilhões em superávit) ou pela via da

especulação financeira (atraídos pelos altos juros), mantém a pressão pela queda do dólar.

E o governo não pode mexer mais amplamente nos juros. A redução das taxas de juros poderia atenuar o fluxo de capital especulativo e melhorar a situação dos investidores voltados à produção. Mas colocaria o risco da retomada da inflação e explosão da dívida pública.

Nesse quadro, os bancos vivem a melhor das situações. Se durante os oito anos do governo FHC já tinham lucrado 34 bilhões, em três anos de Lula já ultrapassam os 44 bilhões. A alta nos juros, o estímulo ao consumo pelo crédito, a informatização, a destruição de direitos trabalhistas dos bancários e demissões em massa, tudo isso só vai multiplicando os lucros dos banqueiros. Não é à toa que o presidente do Banco Central, homem dos bancos no interior do governo, já afirmou que não é candidato a nada e que vai continuar no Banco central por mais quatro anos. O capital financeiro já se posicionou pela reeleição, de forma a preservar a política econômica que mais lhe beneficiou na história.

As massas sob pressão

A disputa interburguesa ao redor das eleições tende a arrastar as massas por detrás das frações capitalistas em choque. A classe dominante buscará pressionar as massas a que busquem a solução de seus problemas votando. Enquanto as massas tiverem ilusão na democracia burguesa, os exploradores e seu sistema estarão a salvo. Todas as frações da burguesia têm acordo na essência de sua estratégia para a crise capitalista: aprofundar a superexploração do trabalho, cortar direitos, privatizar os serviços sociais públicos e torná-los fonte de crescimento artificial do capital, sustentar o parasitismo financeiro, enfim, aumentar a opressão nacional e social. Suas disputas são ao redor de aspectos da aplicação dessas medidas, em benefício de uma ou outra fração exploradora. Submeter as massas às disputas entre essas frações é garantir que a ofensiva capitalista seja preservada da resposta da luta de classes. E é precisamente o que fazem as direções burocráticas das organizações de massa.

As direções da CUT, UNE e MST apóiam o governo e agem como seu defensor no interior dos movimentos. A Força Sindical ajuda a oposição burguesa a se potenciar. As massas, que sofrem com os ataques às suas condições de vida e trabalho, têm suas lutas bloqueadas pelas direções. Mesmo quando superam esse bloqueio por meio da mobilização em um setor, permanecem fragmentadas e isoladas nas suas lutas pela divisão corporativista imposta pelas direções dos outros setores. A política sectária de cisão das organizações de massa, defendida pelo PSTU e outras correntes, desconhecendo totalmente as tendências das massas, só fortalece as direções burocráticas nesse papel.

A independência política das massas diante da disputa in-

terburguesa só pode se realizar sobre a base de sua unidade e luta ao redor das reivindicações. Somente a ação direta pelas reivindicações pode abrir caminho para a ação independente das massas diante da crise. A defesa das reivindicações das massas pela luta se opõe à via da solução eleitoral e institucional, que preserva o poder da burguesia e sua estratégia neoliberal. A bandeira dos "Tribunais Populares para julgar o governo e punir a burguesia pelos seus crimes de classe" ajuda a trabalhar pela independência das massas diante da crise interburguesa.

A tarefa dos revolucionários nesse quadro é desenvolver as reivindicações das massas, que as opõem à burguesia e seus partidos; manter a denúncia do governo burguês do PT/Lula, traidor das massas; combater as direções burocráticas das organizações de massa, que mantêm os oprimidos submetidos ao governo ou à oposição burguesa; criticar o centrismo, que colabora na preservação das ilusões democráticas, defende a democracia burguesa ("socialismo democrático"), e combate a revolução proletária; trabalhar pela construção do partido revolucionário.



Não ao salário mínimo de fome de Lula!



**Em defesa do SALÁRIO MÍNIMO VITAL,
calculado e votado pelas assembléias !!**

Partido Operário Revolucionário - POR 

Cartaz da campanha do POR pelo salário mínimo vital

Adquira com o distribuir deste jornal: Textos sobre a Tática - Marx, Lenin e Trotsky
Este material serviu de base para a Escola de Quadros realizada em nossas conferências regionais

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Salário mínimo vital e escala móvel de horas de trabalho

As centrais sindicais se reuniram num seminário para promover uma campanha pela “redução da jornada de trabalho”. De acordo com as centrais, a redução da jornada, combinada com a limitação de horas-extras, poderá chegar cerca de 2,8 milhões de empregos.

Esse número é resultado de um cálculo que considera: 1) a quantidade de trabalhadores no país que têm jornada de trabalho entre 41 e 44 horas semanais; 2) a quantidade de horas extras mensais realizadas pelos trabalhadores do país que têm carteira assinada. De acordo com a CUT, no primeiro caso, tratam-se de 18.314.855 trabalhadores e, no segundo, 11.384.531 horas extras (os dados são de 2003).

Outros dados complementam esse raciocínio. Entre 1985 e 1988, 20% de trabalhadores da indústria tinham uma jornada acima de 44 horas, na Grande São Paulo. Em 2003, em São Paulo, esse índice foi para 44%; em Belo Horizonte para 36%; no Distrito Federal para 27%; em Porto Alegre para 32%; em Recife para 49%; em Salvador para 40%.

Outro exemplo: a Volkswagen, no ABC, somente em 2005 gastou R\$ 39 milhões com horas-extras. Valor que, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, daria para contratar 946 trabalhadores. Essa empresa, em 2003, levou os metalúrgicos a realizarem 430 mil horas-extras; em 2004, 610 mil e, em 2005, 780 mil. Ou seja, houve um crescimento de 81,39% do montante de horas-extras em três anos, pela pesquisa feita pelo sindicato.

São dados desta natureza que levam a CUT a afirmar que: “Com o crescimento da produção, em vez de contratar, as empresas aumentaram a carga dos trabalhadores. Se as horas extras forem limitadas, novos postos serão criados”.

A solução da CUT e demais centrais sindicais para este problema consiste na elaboração de uma lei a ser encaminhada ao Congresso Nacional, que deverá:

- reduzir a jornada legal de 44 para 40 horas semanais.
- limitar o tempo de hora-extra para 30 horas mensais (hoje são 50 horas) e 110 horas semestrais (hoje são 552 horas, portanto, semestralmente 276 horas);
- aumentar o valor adicional para 75% em dia normal e 100% para domingos e feriados ou momentos de “incremento de produção não habitual e inadiável”.

Limitar as horas-extras?

A defesa da redução da jornada de trabalho faz parte da luta história do movimento operário. Entretanto, ela não implica simplesmente em diminuir o número de horas para gerar empregos a uma parcela de desempregados, enquanto outra está sujeita a toda a sorte de privações.

A CUT e demais centrais limitam a reivindicação ao Parlamento. Iludem a classe operária com a possibilidade de concessão do Estado por meio de negociações com parlamentares e governo.

Defendem a limitação das horas-extras. E justificam, por meio de um estudo realizado pelo Dieese / Seade, em que 45%

dos trabalhadores consideram a hora-extra como uma maneira essencial de complementação de renda. Da mesma forma, propõem o aumento do adicional porque 52% dos trabalhadores afirmam que ela deveria ser maior. E isso embora 67,3% dos trabalhadores reclamem do ritmo de trabalho.

Conclusão: os trabalhadores preferem a superexploração para ganhar um pouquinho mais. E os capitalistas preferem a hora-extra para explorarem muito mais.

Escala móvel de horas de trabalho, acompanha de salário mínimo vital

Fica evidente que os trabalhadores só realizam horas-extras porque ganham pouco. É tanto que eles próprios afirmam que o ritmo de trabalho é estafante. Esses trabalhadores precisam de um salário que atenda às suas necessidades básicas e de sua família e não o salário-mínimo de fome negociado recentemente, de R\$ 350,00.

É considerando essas necessidades (e não o que é palatável para os patrões) que é necessário o salário mínimo vital. O valor desse salário deve ser calculado pelos próprios trabalhadores através das assembleias.

O salário mínimo vital é a forma mais eficaz de eliminar as horas-extras, porque combate a necessidade que o proletariado tem de realizá-las. As centrais sindicais não reivindicam o salário mínimo vital porque possuem direções burocráticas que não querem se chocar com os patrões. É por isso que pretendem “limitar” as horas-extras e não extingui-las.

Da mesma forma, essas direções pelegas defendem apenas a redução de 4 horas de trabalho, porque não querem prejudicar a produção que gera lucro só para os patrões. Se estivessem realmente preocupadas com os trabalhadores, além do salário mínimo vital, defenderiam a escala móvel de horas de trabalho. Esta consiste em dividir todos os postos de trabalho existentes entre os trabalhadores aptos para trabalho sem reduzir seus salários. Ou seja, trata-se de uma medida que, quando aplicada, reduz a jornada de trabalho automaticamente e, conseqüentemente, diminui a exploração do trabalhador. A grande diferença é que, por meio dela, pode-se empregar todos os trabalhadores e não apenas uma parcela, como defende a CUT.

Defender o salário mínimo vital é defender a vida das massas oprimidas e exploradas. A diminuição de seu valor significa defender a superexploração do trabalho. Defender a escala móvel de trabalho é defender o direito ao emprego, à sobrevivência do trabalhador e de sua família, é defender as suas vidas. O trabalhador não pode abrir nem de uma coisa e nem de outra, sob o risco de morrer a míngua.

O POR defende uma campanha nacional de luta pelo salário mínimo vital em todos os setores! Que as assembleias o discutam e deliberem o seu valor como reivindicação! E que se organize a mobilização nacional como meio de conquistá-lo! Defende também a escala móvel das horas de trabalho como forma eficaz (e não demagógica) de eliminar o desemprego.

PUC-SP: enfrentar a crise

Sem luta pelo ensino público, a solução é mercantil

Confirmou-se o esperado: a crise financeira da PUC\SP resultou em demissões massivas de professores e funcionários. 30% dos trabalhadores foram demitidos. Outras conseqüências desastrosas: terceirização, recontração com salário menor, "maximização" do contrato docente, aumento da carga de trabalho, salas lotadas e altas mensalidades.

A Reitora eleita serviu a esse objetivo traçado pelos bancos e pela Igreja. Aplicou-se o manual da empresa capitalista. Quem paga é o trabalhador. E, no caso da universidade, pagam também as condições de ensino, já deterioradas e deformadas pela mercantilização e pela destruição do sistema público de educação.

Só há uma maneira de modificar esse quadro desagregador: lutar pelo fim de todo sistema privado da educação, pela constituição de um único sistema estatal, público, gratuito e laico, pelo controle do ensino por quem estuda e trabalha e pela real autonomia e democracia universitárias.

A luta para salvar a PUC do desmoronamento imposto pelas relações mercantis do sistema econômico começa pela estatização, sem indenização e cancelamento da dívida com os bancos.

Se o movimento social não se colocar à altura dessa tarefa, as atuais medidas catastróficas serão apenas um passo para outras que virão. É diante de uma situação como essa que a defesa do ensino público mostra sua importância.

Principal obstáculo interno à luta pela estatização

O mais significativo obstáculo interno são os professores, ressaltando exceções. Aceitaram como inevitável o plano de demissões da Reitoria. Colaboraram com os cortes nos departamentos, conselhos departamentais e no conselho universitário. Admitiram a justificativa de uma avaliação arbitrária. Confiaram que a autofagia resolveria o problema. E não quiseram ver o compromisso da Fundação São Paulo com os bancos.

No entanto, para os banqueiros, não bastaram os cortes "democráticos" e fundamentados numa "avaliação". Exigiram aplicação do plano total. Veio a intervenção. Mais uma batelada de demissões.

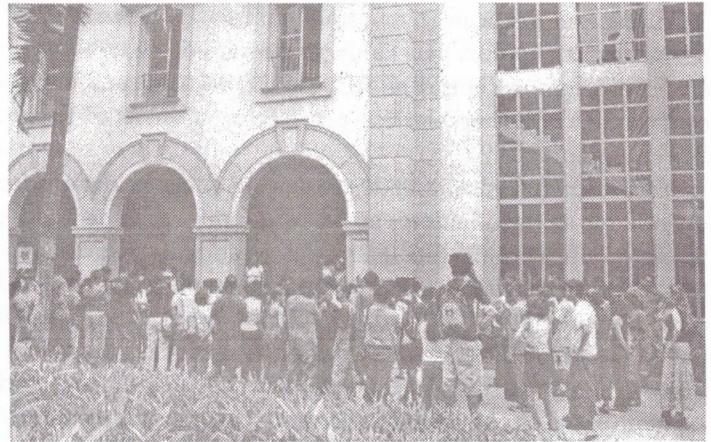
Tudo ficou exposto cruamente: a "democracia" mostrou ser o poder de uma burocracia e a avaliação um instrumento em suas mãos. Mas quiseram poupar outras vítimas, mais próximas ou consideradas importantes. Os bancos disseram não. Os interventores tomaram para si a solução final, rasgando a máscara da auto-solução.

Professores considerados patrimônio humano e intelectual foram postos na rua. Essa é a realidade sem as aparências.

Predominou a mentalidade empresarial do trabalho e da educação. Poderoso fator contrário à defesa do ensino público.

Principal obstáculo externo

A ausência de um movimento nacional pelo ensino público



Manifestação na PUC contra as demissões de professores e funcionários

fortalece as forças internas à PUC contrárias ao ensino público. O argumento da impossibilidade de estatização esconde a real posição adaptada ao ensino privado e se prende aos laços materiais (emprego, cargo acadêmico etc) da maioria docente.

A estruturação de uma poderosa rede de universidades e faculdades empresariais forjou uma mentalidade privatista da educação na camada média-alta do país. A maioria dos estudantes, professores e funcionários do ensino superior depende das empresas de educação. Formaram-se quadros para defendê-las como solução alternativa ao ensino público destruído pela política privatista dos governos, incluindo o do PT com a reforma universitária.

Os negócios lucrativos com a educação – desde o ensino fundamental ao universitário, passando pelos cursinhos, gestaram um empresariado da educação com poderes para influenciar e decidir a política educacional do país. Forjou-se, assim, um aparato de publicidade ideológica e comercial sobre a educação como um serviço pago que trará benefícios a quem pode pagar. Vende-se e compra-se uma "qualificação". O estudante torna-se um proprietário individual de uma "especialização", que será vendida no mercado e participará da concorrência da força de trabalho.

Estão aí as bases sobre as quais proliferou a mentalidade mercantil da educação.

As direções sindicais e estudantis, em grande parte, se acomodaram a essa força e passaram a reproduzi-las.

Isso explica, como um dos principais fatores, por que a PUC\SP sucumbe sem que a bandeira do ensino público ganhe força interna e possa ser livremente combatida pela mentalidade privatista da maioria, principalmente a maioria docente - consciente ou não, ativamente ou não.

É preciso a unidade na luta de estudantes, professores e funcionários

A parcela mais avançada de professores, funcionários e estudantes compreende a necessidade de unir as forças para enfrentar as demissões e a intervenção. Mas enfrentam a

resistência da parcela adaptada à mentalidade privatista e individualista. Resistem a aceitar a saída progressiva para a crise. Não aceitam a luta pelo ensino público e a combatem. O ceticismo é apenas um sintoma da mentalidade privatista.

Antes havia o argumento de que a PUC não era empresarial e autoritária, o que a diferenciava da universidade empresarial. Mas a crise a tem exposto como escola privada em seus fundamentos econômicos e financeiros como qualquer outra. Diferenças existem, mas não de fundamento.

O fato de uma parcela considerável de docentes ocupar cargos de "gestores" permitiu que a crise fosse assumida como responsabilidade de quem trabalha. O consentimento para que a burocracia universitária demitisse os próprios colegas abriu caminho para o ponto a que se chegou. Está aí a pedra no caminho da unidade na luta entre professores, funcionários e estudantes.

Há uma luta no interior do corpo docente, mas ainda desfavorável à resistência coesa às demissões e à unidade em torno do ensino público.

Está claro que a unidade será alcançada em torno dos choques de posição. A luta será pela conquista da assembléia universitária.

Os estudantes certamente podem jogar um importante papel nesse sentido. Mas para isso dependem da organização de suas assembléias e da politização de uma camada capaz de responder à luta da maioria. A pequena camada radicalizada tem a tarefa de ganhar posições numa camada maior, que expresse

a força social dos estudantes. Sem essa luta, certamente se isolará e perderá força.

Os funcionários poderão sair do seu recolhimento, ocorrido depois de vários golpes da Reitoria e de sua decepção com a conduta social dos docentes.

Não há como conseguir a unidade com imposições e medidas organizativas que não correspondam ao desenvolvimento da luta política.

A aprovação na assembléia estudantil da luta pelo ensino público, pela autonomia universitária, pelo fim da intervenção e pela readmissão dos demitidos impulsionará a luta pela unidade, que será forte e decisiva se desembocar na assembléia universitária.

Um chamado da assembléia estudantil e da mobilização massiva à unidade com professores e funcionários fortalecerá a luta contra a burocracia privatista.

A corrente proletária na educação defende:

1. Readmissão de funcionários e professores;
2. Fim imediato da intervenção;
3. Estatização da PUC, sem indenização e cancelamento da dívida com os bancos.

A corrente proletária na educação luta por:

1. Unidade de professores, funcionários e estudantes;
2. Convocação da assembléia estudantil;
3. Apoio às medidas de luta das assembléias de funcionários e professores;

Educação

Um negócio rendoso: mercantilização do ensino

Em 1991, das dez maiores universidades, seis eram públicas e quatro privadas;

Em 2004, no entanto, três das universidades gratuitas perderam o posto de maiores universidades. A Universidade de São Paulo USP, que estava em primeiro lugar, foi para o quinto.

As empresas de ensino superior abocanharam parte significativa de filhos de classe média e uma parcela de jovens/adultos inseridos no mercado de trabalho. A mercantilização do ensino foi violenta:

A Universidade Estácio de Sá passou a ter 104.346 mil alunos;

A Universidade Paulista (UNIP) conta com 93.210;

A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) tem 47.883;

Mas essas mega-escolas perderam em crescimento de matrículas, nos dois últimos anos. A Universidade Salgado Filho (Universo - Rio de Janeiro) e a Universidade Nove de Julho (Uninove - SP) tiveram uma expansão de mais de 30%. Um dos fatores que ajudou a Universo foi a concessão judicial de poder abrir escolas em qualquer estado da federação sem a prévia autorização do Ministério da Educação. Assim, em pouco tempo, a rede Universo se instalou Minas, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Brasília e Goiás. Sem nenhum controle, a Universo cria

campus por todos os lados. A Uninove tem autonomia para criar cursos sem a prévia autorização do MEC e contar com a menor exigência de investimento em pesquisa. O governo de São Paulo subsidia com bolsas uma cota de alunos e professores, inscritos nos projetos da Secretaria da Educação.

A realidade é que o crescimento de matrículas no ensino superior privado se deve às facilidades da política educacional dos governos, aos subsídios – acobertados por meio das parcerias público/privado –, às mensalidades para diversas camadas da classe média, aos baixos salários dos funcionários e professores, à precarização dos contratos de trabalho – os professores são horistas, as salas de aula são superlotadas e essas escolas não precisam sequer cumprir as frouxas determinações da Lei de Diretrizes de Bases (LDB), que prevê a existência de 1/3 de professores em regime integral. Portanto, conjugam benesses governamentais com superexploração do trabalho.

Combater a privatização defendendo:

1. Estatização, sem indenização, de todas as empresas educacionais;
2. Implantação de um único sistema de ensino gratuito, autônomo e sob o controle dos que trabalham e estudam;
3. Acesso livre a todos os níveis de ensino;
4. Vinculação dos estudos com a produção social.

Volta às aulas e as tarefas dos estudantes

Iniciamos mais um ano de aulas, a situação do ensino público e suas condições se agravaram. Nós estudantes temos como tarefas organizar o grêmio estudantil em cada escola e mexer o movimento estudantil para fortalecê-lo, porque quando não está quase parado está em repouso.

Para falarmos da Educação Pública, começemos pelo ensino infantil que praticamente não existe. As vagas nas pré-escolas são limitadas e o número de EMEIS nas cidades afastadas (grande São Paulo) não correspondem à demanda. Depois vem o ensino fundamental: suas condições não diferem das do ensino médio e frequentemente há denúncias de desvio de verbas da merenda escolar. As palavras de denúncia sobre a corrupção têm fim em si mesmas e nada se resolve, enquanto as crianças são submetidas a uma alimentação que não corresponde com a que seus corpos necessitam. Passando ao ensino médio, encontramos também problemas graves, faltam todas as condições de ensino e restam giz, lousa e professor, por enquanto.

Os dados comprovam a situação do ensino público, suas péssimas condições e o nosso cotidiano a confirma no momento em que entramos na escola, quando um professor tenta trabalhar e não tem as condições ou quando mostramo-nos descontentes e não sabemos o motivo.

No ensino médio, além de não ter as condições, a juventude sofre outros problemas que atingem diretamente suas vidas: o desemprego, o emprego precário e o subemprego. O desemprego faz com que fique sem perspectivas e traz consigo suas consequências; o emprego precário e o subemprego fazem com que uma parte não consiga acompanhar as aulas devido ao emprego estafante. Esses problemas exigem uma resposta, acompanhada com o nosso grito de repúdio em rela-

ção à situação. A resposta é a luta pela reivindicação que combine escola e emprego, é o que precisamos e é também a maneira de nos contrapormos. Está aí a importância de levantarmos e defendermos a bandeira de nenhum jovem sem escola e sem emprego, 4 horas no trabalho e o restante na escola e lazer.

A bandeira de escola e emprego deve ser uma das principais assim como a de passe livre, a ser trabalhada e defendida pelos grêmios estudantis e no movimento estudantil.

A situação da juventude é difícil, no entanto não há uma boa organização. Em algumas escolas, surgem movimentos isolados e não conseguem ganhar força, porém a culpa não é dos estudantes, é da direção do movimento estudantil (PCdoB/PT) que não trabalha para que haja unidade das lutas, fica longe das reivindicações dos estudantes e se contrapõe a elas ao defender a Reforma da Educação destruidora do ensino público. Foi o que fez no último congresso da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), em dezembro de 2005. Os estudantes não podem confiar nessa gente que se coloca ao lado do governo contra as suas reivindicações.

Precisamos organizar os grêmios estudantis e buscar a unidade entre eles, o intergrêmio e impulsionar o movimento estudantil para conquistar na luta as nossas reivindicações.

Nossas bandeiras:

- **Organizar e criar os grêmios estudantis e o intergrêmio: um conjunto de grêmios interligados,**
- **Nenhum jovem sem escola e emprego - 4 horas no trabalho e o restante na escola e lazer,**
- **Passe livre para estudantes e desempregados.**

O aumento das tarifas e a luta pelo o passe livre

As tarifas dos transportes coletivos são uma opressão à classe trabalhadora e aos estudantes. Por isso, aconteceram manifestações em Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Florianópolis (SC) e recentemente em Manaus.

Em Londrina (Paraná) existe um exemplo firme do movimento passe livre que luta, se manifesta nas ruas e no terminal de ônibus contra ao aumento da tarifa, que subiu de R\$ 1,90 para R\$ 2,00. As reivindicações do movimento são: redução da tarifa para R\$ 1,35, passe livre e estatização do transporte coletivo. A estatização do transporte coletivo fará com que os capitalistas dos transportes parem de sangrar o bolso do trabalhador. O comitê pelo passe livre de Londrina nos ensina que para acabar com as tarifas abusivas é preciso que os que estudam e os que trabalham se organizem para lutar coletivamente e defender melhores condições de vida. Vimos que não é apenas no Paraná que a população sofre com as tarifas altíssimas e também onde os donos das empresas de transportes têm o apoio das prefeituras, dessas que dizem governar para o povo.

Em São Paulo, na cidade de Francisco Morato, a tarifa de

ônibus aumentou, o preço "promocional de R\$ 1,50 passou para R\$ 1,70" como diz a empresa e o valor em passe é de R\$ 1,90. Na verdade, a empresa disfarça dizendo que a tarifa é promocional. Quando os moradores vão procurar emprego em cidades distantes, são obrigados a dizer que utilizam apenas uma condução, porém muitos demoram de 40 minutos até 1 hora para chegarem ao centro da cidade e terem acesso ao trem, que também tem uma taxa absurda, portanto andam a pé. Quando não conseguem emprego, um dos motivos para não serem selecionados para a vaga é a distância e o preço da condução.

É necessário em Francisco Morato construir e desenvolver o comitê pelo passe livre, que é algo vital para os estudantes chegarem à escola, fazerem seus trabalhos escolares, pesquisas, buscarem emprego etc. As tarifas altíssimas são parte da opressão social e levam às revoltas populares. Temos direito de ter transporte público assim como o temos à saúde e à educação.

- **Passe livre para estudantes e desempregados e estatização de todos os transportes coletivos, sob controle dos trabalhadores!**

Metalúrgicos-ABC

Unidade de todos os trabalhadores para combater as demissões

No último mês, algumas montadoras anunciaram demissões no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, a Mercedes anunciou a demissão de 14,5 mil trabalhadores, a Ford a demissão de 30 mil, a GM 30 mil. A alemã Volks anunciou que pretende demitir 20 mil no mundo inteiro, não especificou em quais das plantas isso acontecerá. No Brasil, a GM anunciou que pretende eliminar 3,4 mil postos de trabalho, 2900 na fábrica de São Caetano e 500 na de São José dos Campos.

Esse anúncio de demissões feito pelas montadoras é uma prova de que o crescimento nas vendas de veículos tem beneficiado apenas os empresários. As exportações aumentaram, os empresários da indústria automobilística lucraram mais, e o que os trabalhadores ganharam? Nada, estão sendo ameaçados com novas demissões. Essa é a contradição do modo de produção capitalista. Essa contradição existe porque os meios de produção (fábricas, máquinas, terras), estão nas mãos da burguesia (patrões). Com o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção (automação das linhas de produção, robotização), os capitalistas conseguiram, no decorrer dos anos, produzir mais com menos trabalhadores. O problema é que, ao substituírem a mão-de-obra humana por máquinas, a burguesia condena um número cada vez maior de trabalhadores ao desemprego e à miséria. Se, por um lado, a capacidade produtiva aumenta, do outro, os consumidores se tornam cada vez mais difíceis. Diante da disputa por um mercado cada vez mais restrito, os capitalistas tentam de todas as formas reduzir seus custos, impondo a chamada reestruturação produtiva, que, na prática, significa: demissão, terceirização, redução de salários, contratos temporários, salários diferenciados e todos os tipos de flexibilização de direitos. Isso mostra que o crescimento econômico, tão exaltado pela burguesia, tem significado na verdade desemprego e uma maior exploração da força de trabalho.

Os trabalhadores da Volks Anchieta são um exemplo concreto dessa maior exploração. E o que a direção do sindicato tem feito para se contrapor a esse ataque? Nada. Muito pelo contrário, a direção do sindicato tem é contribuído com essa exploração, quando negocia com a empresa o acordo de semana de quatro dias, que reduz nossos salários em 15%, a terceirização de várias alas como ala 21, ala 5, 3 e outras. E também o acordo de Banco de Horas, que permite a empresa nos deixar em casa e nos convocar para trabalhar quando ela bem quiser. O número de trabalhadores que somos hoje na Volks mostra que estes acordos não resolveram o problema das demissões como dizia a direção de nosso sindicato.



Portanto, diante das ameaças de novas demissões, nós temos de exigir que a direção do sindicato organize todos os metalúrgicos do ABC em defesa da redução da jornada sem redução de salários. Essa é a única forma de combater as demissões. Como as demissões estão acontecendo em todo o país, temos de exigir também que a CUT organize um movimento nacional que una empregados e desempregados em defesa da Escala Móvel das horas de trabalho, que significa a divisão de todas as horas produzidas no país entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho.

Todos aqueles que se colocam em defesa dos interesses dos trabalhadores e que lutam para acabar com o desemprego devem obrigatoriamente defender a Escala Móvel das Horas de Trabalho.

Superar o individualismo e combater coletivamente o desemprego

Um dos grandes problemas que temos de superar para conseguir combater as demissões e o ataque que vem sendo feito aos nossos direitos é o individualismo. Sabemos que este é um problema cultural, pois na sociedade capitalista que vivemos tentam nos enfiar na cabeça a todo momento que temos de ser competitivos, que sendo o melhor individualmente conseguiremos vencer na vida. Chegam até a dar exemplo de um ou outro indivíduo que conseguiu "vencer". Mas, no geral, isso não acontece. A maioria dos trabalhadores está na miséria, vítimas do desemprego. A classe operária e demais explorados só conseguirão vencer o desemprego se estiverem unidos. Percebemos que, a cada dia que passa, o individualismo aumenta. O problema é que a direção dos sindicatos nada tem feito para quebrar esse individualismo. A direção de nosso sindicato, por

exemplo, tem contribuído para uma maior individualização entre os trabalhadores. Lembrem de 2001? Pois é, a direção do sindicato, naquele ano, negociou com a empresa a demissão de 700 pais de família. O Luís Marinho, presidente do sindicato naquele momento, chegou a declarar descaradamente que era melhor a demissão de 700 do que 3 mil. Essa é uma atitude vergonhosa, que todos temos de repudiar, principalmente vinda de uma pessoa que se dizia representar os trabalhadores. Quer dizer então que os 700 trabalhadores que foram demitidos não eram pais de famílias? Não precisavam de seus empregos, assim como precisamos dos nossos, para manter nossas famílias? Está aí por que dizemos que temos de superar o individualismo e lutar coletivamente contra as demissões. Não podemos continuar acreditando que, aceitando as demissões de nossos companheiros, estaremos salvos. Pois, sabemos, todos os anos vem uma nova ameaça de demissão, como as que foram anunciadas pelas montadoras. Portanto, temos de lutar unidos até o último momento para que nenhum trabalhador seja demitido. Esse é o verdadeiro sentido da solidariedade operária.

A direção do sindicato metalúrgico esconde a realidade para defender o governo PT/Lula

Os jornais burgueses, a televisão e a própria Tribuna Metalúrgica, todos os dias, estão dando notícias de que a economia tem crescido e que o número do desemprego tem caído. Nós dizemos: **O crescimento econômico tem beneficiado apenas os capitalistas (patrões)**. Os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como agora. Os latifundiários da agroindústria aumentaram suas exportações e concentram um número cada vez maior de riqueza. Os empresários da indústria automobilística batem recordes de vendas e de lucros. Por outro lado, a classe operária e demais oprimidos estão sendo penalizados com o desemprego e a miséria. A realidade é que, nos últimos anos, o desemprego tem aumentado em todos os setores da economia.

Para se ter uma idéia da gravidade do problema, em 1994 existiam 3,5 milhões de desempregados no país; hoje já são mais de 12 milhões de desempregados. Isso porque as pesquisas que são feitas pelo governo não levam em conta os desempregados que não procuram emprego há mais de dois anos e também um milhão de jovens que estão aptos ao trabalho e não conseguem entrar no mercado de trabalho todos os anos.

A Tribuna Metalúrgica do dia 10 de fevereiro trouxe uma matéria que dizia: *“as montadoras do ABC movimentaram 42% a mais em vendas para o exterior em relação a 2004”*. Em seguida a matéria afirma: *“O crescimento das exportações certamente foi uma das causas que está provocando a queda do desemprego no ABC”*.

Não temos dúvidas de que as montadoras bateram recorde de vendas. Em 2005, as empresas dobraram seu faturamento, exportaram R\$ 17,3 bilhões, contra R\$ 8,4 bilhões em 2004. A pergunta que fazemos é: **Quantos empregos foram criados nas montadoras com esse crescimento de 100% nas exportações?** Poucos, e, mesmo assim, os empregos que estão sendo criados, além de terceirizados, temporários são em quantidade menor que o número de demissões que estão acontecendo em todo o país. A Volks, a Ford, a GM, por exemplo, contrataram algum trabalhador? Não. Só têm demitido. Em 2001, na Volks, existiam 16 mil trabalhadores; hoje existem menos de 12 mil. Houve

uma redução de 4 mil postos de trabalho em apenas 5 anos. A redução de postos de trabalho está acontecendo em todas as fábricas. Essa é a realidade que a direção do sindicato tenta esconder quando fala simplesmente que houve um crescimento no número de empregos e não diz que são empregos precarizados e que, no geral, o desemprego tem aumentado.

A direção do sindicato tenta esconder essa realidade para defender o governo PT/Lula e com isso arrastar os trabalhadores a elegerem mais uma vez um governo burguês, que dá continuidade às reformas neoliberais, antinacionais e antipopulares iniciadas por FHC. Um governo do grande capital que ataca a vida das massas. A direção do sindicato está utilizando a Tribuna Metalúrgica para fazer uma verdadeira campanha a favor do governo Lula. Todos os dias a Tribuna traz uma matéria comparando o governo Lula com o de FHC. Os trabalhadores não podem deixar se levar por essas comparações. **Tanto o governo do PSDB de FHC, como o PT de Lula são burgueses.** Todos os partidos que estão na disputa eleitoral e prometem mudar a vida dos trabalhadores através das eleições são mentirosos, hipócritas, corruptos que querem apenas chegar ao poder do Estado burguês para manter a exploração sobre a classe operária, camponeses e demais oprimidos.

A direção do sindicato se tornou um braço do governo. Diante dessa situação, nós, trabalhadores, temos de defender a independência do sindicato e da CUT em relação ao Estado, governos e partidos burgueses.

Qualquer decisão que envolva os interesses dos trabalhadores deve ser decidida em assembléias

Esse ano, a coordenação (chapa um) negociou com a empresa a compensação de cinco feriados pontes. Até aí nada de novo. O problema é que, dessa vez, a coordenação, depois de negociar com a empresa a proposta de compensação, fez uma assembléia no pátio para explicar a proposta aos trabalhadores e, ao invés de colocar em votação, disse que a decisão seria tomada através de um plebiscito, que a empresa realizaria.

Nós consideramos um erro deixar nas mãos da empresa qualquer processo de decisão que envolva os interesses dos trabalhadores. Não podemos deixar que a empresa faça aquilo que é papel do sindicato. A coordenação alegou que o plebiscito era melhor porque nas últimas assembléias os trabalhadores estavam votando duas vezes. Isso pode ser verdade, mas não é argumento para a coordenação deixar de fazer as assembléias e consultar os trabalhadores no pátio. Se os companheiros estão votando duas vezes, a coordenação deve assumir a responsabilidade e deixar claro que se eles votarem duas vezes a proposta será rejeitada. Se a coordenação está com medo, por que veio? E mais, é de conhecimento de todos que a empresa quer acabar com as assembléias, está aí mais um motivo para não aceitarmos a realização de plebiscitos. Isso porque as assembléias são organismos de decisão e ação coletivas, de mobilização, enquanto os plebiscitos são meios de decisão individual e passiva, que entregam a decisão para ser praticada por outro.

Temos que defender as assembléias livres e soberanas, em que todos os representantes da comissão de fábrica possam expressar suas posições. Essa é a democracia operária.

Nesta edição:

- Morales ataca o P.O.R e os professores
- Acentuação da política burguesa do MAS
- Associação de cocaleiros exige do governo expulsão de americanos do país

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



**Bolívia: Inauguração do VIII Congresso de Cocaleiros
 Morales ataca o P.O.R e os professores**

Em meio a uma grande tensão nas filas dos cocaleiros, porque os interesses deles começam a se chocar francamente com a política antidroga do governo do MAS, se realizou o VIII Congresso cocaleiro na cidade de Cochabamba. Segundo a convocatória, centrou seu trabalho em dois pontos: eleição dos novos dirigentes do setor e discussão sobre a revogação da Lei 1008, para substituí-la por outra que despenalize a folha de coca.



Evo já enfrenta protestos dos cocaleiros

Morales, em seu discurso que durou quatro horas e que foi transmitido pelo canal do Estado, instou os cocaleiros a não plantarem coca além do "khato" por família consensuado com o governo de Carlos Mesa; assinalou que não está de acordo com aqueles dirigentes que falam do livre cultivo porque essa posição, longe de favorecer os cocaleiros e o Estado boliviano, resulta prejudicial. Reiterou que o prudente para fechar a boca dos "gringos" é não dar-lhes motivo ampliando as plantações que, além disso, teria um efeito prejudicial para os próprios cocaleiros, porque a produção massiva faria baixarem os preços da folha (!?). Assinalou que, para controlar a coca no Chapare não fazem falta a polícia e a repressão porque, de hoje em diante, se encarregará desse trabalho "o controle social".

Em meio ao discurso, condenou o POR e criticou a consigna do livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca, também disse que este partido prega a luta armada e, quando os cocaleiros mais necessitaram em sua

dura luta contra os governos do passado, ele desapareceu do cenário, deixando-os sós e outras besteiras mais. Referindo-se aos professores, denunciou que, apesar dos esforços para dar-lhes um "aumento histórico de 7%", rechaçaram a generosidade do governo. Convocou os pais de família e os setores sociais a atuar radicalmente para por na parede os professores inconformados porque não se pode tolerar mais intransigência desse setor. Respondendo a seus próprios correligionários (magistério rural) que aceitam o aumento de 7% como base de futuras negociações, disse que não cederá nem um ponto mais porque não há dinheiro.

Por que Morales dedica ataques ao POR? Já é muita homenagem que o presidente indígena dedique tanto espaço a um partido que não tem participado do cenário eleitoral. O está por trás disso é outra coisa e não lhe deixa dormir em paz: a consigna do livre cultivo, comerci-

alização e industrialização da folha de coca, que historicamente elaborou o POR, agora se converte na pedra de toque do inevitável choque que ocorrerá entre os interesses materiais dos cocaleiros e a política pró-imperialista do novo governo. Os cocaleiros não aceitam que agora, seus próprios dirigentes, em nome de um suposto "controle social", se convertam em seus verdugos para impedir novas plantações da folha. Não aceitam que seus próprios dirigentes acabem substitui-

do a UMOPAR para desenvolver o seu papel de erradicadores da folha milenar.

No Congresso das seis federações de cocaleiros, o MAS praticamente empurrou esses sindicatos para sua estatização, para que já não lutem em defesa da coca e sim em defesa do governo. Dessa maneira, a confusão entre sindicato, partido e governo que o MAS impôs termina destruindo a independência da organização sindical.

A melosa retórica de Linera assegurou aos cocaleiros que são vanguarda popular e classe governante, que já estão no poder e poranto têm de definir políticas nacionais para efetivizá-las a partir do poder. Na verdade ele lhes ditou a política burguesa, nada de nacionalização, só Constituinte e luta contra o narcotráfico para não nos isolarmos da comunidade internacional e blá, blá, blá. Que paradoxo, governo de cocaleiros que não defende a coca!

Bolívia:

Acentuação da política burguesa do MAS

Precipita-se o choque com as massas radicalizadas

Os “teóricos” do MAS e outros “analistas” partiam da premissa de que, uma vez dada a posse a Evo Morales, os explorados dariam uma trégua de algum tempo ao novo governo para ver o que é ele podia fazer e se cumpriria com suas promessas eleitorais. García Linera especulava que, nesse período de trégua, o governo masista deveria “dar sinais” ao país de que sim era capaz de realizar profundas transformações econômicas e sociais; considerava que o referendo autônomo, a Assembléia Constituinte, a redução de salários dos governantes e parlamentares e outras medidas espetaculares, seriam capazes de paralisar os explorados e evitar convulsões sociais prematuras.

Os fatos estão mostrando o contrário: estão confirmando a justeza da posição do POR expressa oficialmente no MASSAS.

Logo depois da vitória eleitoral de

Morales, o jornal central trotskista sustentou que a política burguesa do MAS já se choca com as tendências instintivas que se agitam no seio dos explorados.

Os fatos estão mostrando que toda a experiência acumulada pelos explorados no processo político anterior, as teses de Pulacayo, a Assembléia Popular e, ultimamente, o processo compreendido entre os anos 2000 e 2005 cujo eixo foi a expulsão das multinacionais e a recuperação dos recursos naturais das mãos do imperialismo, não se esfumou; essa rica experiência permaneceu subjacente no instinto dos explorados que, no momento menos esperado, saltará materializada em ação revolucionária.

O choque frontal da política reacionária do MAS com os explorados se acelera ainda mais com a acentuação das concessões que faz aos empresários privados e ao imperialismo; com a postura conciliadora assumida no problema do

LAB, por não chocar com os interesses do empresariado privado; com a concessão de licitar o MUTUN nas mesmas condições entreguistas das capitalizações gonistas; com a terca persistência por manter a política imperialista da coca etc. A cada dia que passa e de maneira vertiginosa põe a nu a verdadeira natureza reacionária do MAS e está empurrando os explorados a assumir novamente as ações diretas para defender seus direitos.

Surpreende que, tão rapidamente, setores de cocaleiros utilizem a força para impedir que os erradicadores prosigam com seu trabalho o que amplos setores de pais de família bloqueiem caminhos contra a redução de orçamentos municipais para a educação e para arrancar do governo mais itens para a educação.

Bolívia

Associação de cocaleiros exige do governo expulsão de americanos do país.

Presidente recusa proposta

(Notícia publicada no jornal “O Globo”)

A arma utilizada por Evo Morales diversas vezes quando era líder dos produtores de folha de coca pela primeira vez foi usada na Bolívia desde que ele assumiu o poder. Manifestantes bloquearam no último dia 15/02 as estradas em cinco dos nove departamentos (provincias) do país. Os protestos ocorreram num dia em que Morales teve de negar um pedido de cocaleiros para expulsar americanos do país.

As ações — que começaram no dia 14 com pequenos bloqueios em estradas vicinais — espalharam-se e auto-estradas importantes foram fechadas.

O grupo de camponeses que fechou a auto-estrada que liga La Paz a Oruro, uma das mais importantes do país, exigia, por exemplo, que um prefeito da região renunciasse devido a um escândalo de corrupção, segundo a rádio católica Fides. Outras estradas fechadas ligam a Bolívia a países vizinhos.

Fontes do governo Morales afirmaram que tentarão organizar negociações para solucionar os conflitos. Semana passada, La Paz enfrentava uma greve de pilotos que durou dez dias.

Morales frisa importância das relações externas do país.

Em outra frente, Morales teve ontem que desautorizar a principal organização de cocaleiros do país. Na declaração final de um congresso dos produtores de folha de coca do departamento de Chapare eles pediam a expulsão dos americanos na Bolívia. O governo americano investe fortemente num programa que tenta diminuir a área de plantio de folha de coca na região.

“Todos têm o direito de estar em nosso país, respeitando a dignidade, a soberania nacional e os povos”, disse Morales. E ainda: “É importante que tenhamos relações internacionais.”

A notícia acima confirma o prognóstico do Congresso Nacional do POR boliviano, com extratos das resoluções publicadas na última edição deste jornal, realizado em 28 e 29 de janeiro passado, que previa o choque entre cocaleiros e governo.

Argentina:

24 de Março – 30 anos do golpe militar genocida

Castiguemos os culpados acabando com a burguesia imperialista, responsável pelomassacre, recuperando todas as empresas, todas as riquezas, expulsando as multinacionais

O golpe sangrento de 24 de Março de 1976, o pior da história, teve como objetivo destruir fisicamente a vanguarda que lutava, exterminá-la.

A enorme maioria dos detidos-desaparecidos foram trabalhadores e estudantes pertencentes a organizações políticas e sociais em luta.

O golpe esteve destinado a liquidar as organizações sociais e políticas das massas, a ilegalizá-las. As organizações que se pusseram de pé em duas décadas de dura resistência tinham de ser erradicadas.

O golpe esteve destinado a liquidar as conquistas populares, a terminar com os convênios coletivos impostos nas lutas de 1975, com os salários e as condições de trabalho.

¿Quem esteve por trás de semeilhante golpe? Os militares foram os executores da repressão, foram governo, atuando por conta e ordem de uma classe social, a burguesia em todas as suas frações e o imperialismo, especialmente o norte-americano (como parte de um plano geral de repressão para América Latina, denominado Condor). Isso é de fundamental importância.

Não se tratou de uma ação de militares loucos ou perversos, foi a ação de uma classe social que buscava acabar com toda forma de resistência a sua dominação.

É por isso que não é suficiente encarcerar todos os assassinos e castigá-los, devemos castigar também a classe social que deu as ordens, que contou com o apoio de políticos, da igreja, de burocratas etc.

Os mesmos que ordenaram e se beneficiaram do golpe têm o poder real

em nosso país, são os que mandam de verdade. São as multinacionais, a “pátria financeira”, os latifundiários, a burguesia nacional, ...

A “democracia” não lhes servia para conter as lutas populares, era necessário adotar outras formas de dominação para preservar o regime da propriedade privada dos meios de produção que estava sendo ameaçado.

A democracia burguesa e a ditadura são formas do regime da ditadura do capital, não há uma diferença de princípios entre elas, ambas as formas sustentam como um princípio sagrado a propriedade privada dos grandes meios de produção. (ainda que não nos seja indiferente que adotem uma ou outra forma).

A repressão sangrenta não começa em 24 de Março. Começa sob a democracia, sob o “governo popular” de Perón e Isabelita, com o «Triplo A», muito antes do 24 de Março se começa a reprimir de forma selvagem, intervindo em províncias, matando ativistas, perseguindo lutadores.

Quando haverá justiça para tantos irmãos mortos, torturados, desaparecidos, exilados? Quando poderemos dizer que ajustamos contas com os criminosos?

O poder segue nas mesmas mãos, o imperialismo multiplicou sua dominação. Impuseram-se a miséria, a fome, o desemprego, a destruição da educação e da saúde pública, a economia está em mãos de multinacionais, se multiplicou o endividamento, ... retrocederam várias décadas. Isso foi possível pelo golpe que dizimou as forças, liquidou o melhor de nosso povo.

Só quando acabarmos com esse regime de dominação, quando acabarmos com a ditadura do capital, poderemos começar a cantar vitória,

poderemos começar a construir uma nova sociedade, aquela com que sonharam nossos irmãos, companheiros, camaradas, nossos pais, nossos filhos. E esse será nossa melhor homenagem.

Poderemos dizer enfim que dessa semente tão generosa germinaram os melhores brotos, poderá começar uma nova vida sem exploradores, começaremos a deixar para trás a pré-história para começar a história da humanidade, começaremos a construir o socialismo, a pátria universal dos trabalhadores, seremos livres!

Foi necessário a eles banhar-nos de sangue porque milhares e milhares de lutadores, desde distintas tendências e correntes abraçavam a **idéia da revolução social para transformar esta sociedade** e puseram o corpo nessa luta, nos bairros, nas fábricas, nas escolas, no campo, nos hospitais, ... Isso é o que explica a magnitude do genocídio.

A verdade já a sabemos. E não nos satisfazemos com museus, memórias, canções e alguns milicos assassinos presos e enjuizados. A classe social responsável pelo genocídio segue no poder.

A resistência deve ir até o final: até a derrota do imperialismo e a libertação da Nação oprimida. Por isso rechaçamos o argumento de Hebe para dizer que se fez a última Marcha da Resistência porque agora «*temos um governo amigo*».

Ainda devemos um balanço profundo dos anos 1970. Por que a maioria das organizações que se reivindicavam revolucionárias se transformaram em democratizantes, por que não se reivindicam as melhores lições do classismo daquela época e se apresenta em seu nome o mais vulgar reformismo, por que ainda não se pôde resolver a crise de direção política revolucionária.

Aumenta a pressão do imperialismo sobre a Palestina

Embargo econômico do imperialismo

Após a vitória do Hamas nas eleições para o Parlamento Palestino sobre o Fatah, que governou durante 40 anos, as nações imperialistas não tardaram em aplicar seus métodos de dominação. O "quarteto" — como estão sendo chamados os Estados Unidos, as Nações Unidas, a União Européia e a Rússia— vem pressionando o novo governo, empossado dia 18 de fevereiro, a abandonar a luta armada e a aceitar a existência do Estado de Israel.

Como medida de pressão, o imperialismo promete não repassar a "ajuda" financeira a ANP (Autoridade Nacional Palestina, controlado pelo Fatah) que, só no ano de 2005, foi de US\$ 341 milhões. Além disso, Israel decidiu não repassar a arrecadação de impostos devidos ao povo palestino de US\$ 50 milhões, que é usado

para o pagamento de salários de funcionários. A ANP possui atualmente um déficit de aproximadamente US\$ 700 milhões em suas contas, ou seja, está à beira da crise econômica e depende diretamente destes recursos para sobreviver. Tendo o controle financeiro da ANP, o imperialismo reforça a divisão interna entre o Fatah e o Hamas. Estados Unidos e Israel pretendem estrangular financeiramente a Palestina para pressionar o Hamas a manter na ANP os acordos e as diretrizes governamentais do Fatah.

O imperialismo não aceita a vitória do Hamas e utilizará de todos os métodos para conseguir minar a luta do povo palestino. E manter seus interesses intactos, assim como de seu laço no Oriente Médio, o Estado de Israel. E o primeiro sinal desta ofensiva é o embargo econômico que vem sendo imposto aos palestinos.

Resistência do Hamas

Nos poucos dias que o Hamas está no governo, procurou administrar esta crise. Apesar do tom conciliador de porta-vozes do Hamas no governo, mantêm a posição de não aceitar as condições exigidas pelo imperialismo e Israel, que não admitem desocupar os territórios que foram tomados em 1967. Neste momento, o Hamas se coloca no seguinte impasse: aceitar as condições impostas pelas nações imperialistas e por Israel ou resistir armando as massas palestinas e



Candidatos do Hamas em campanha

organizando a sublevação contra os governos que querem solapar sua soberania.

No plano político, o Hamas apenas esboçou propostas de reforma política das instituições palestinas e a reestruturação das forças de segurança (controladas pelo Fatah) que conta com um efetivo de soldados na ordem de 60 mil. Além disso, estuda a possibilidade de fazer um governo de união nacional com outros partidos e com o próprio Fatah. O Fatah, por outro lado, faz coro com o imperialismo e declarou que só aceita participar do governo com o Hamas caso este aceite a existência do Estado de Israel e abandone a luta armada. Pela via da reforma do governo, o Hamas não poderá extirpar os inimigos internos da autodeterminação da Palestina e combater o intervencionismo imperialista.

O impasse está colocado. O Hamas é uma organização nacionalista que ganhou apoio das massas palestinas. O nacionalismo em luta armada contra a ocupação do território joga um papel antiimperialista. Mas está limitado pelo objetivo histórico de constituição de um Estado burguês.

O fim da opressão sobre a Palestina depende da luta geral no Oriente Médio pela destruição do poder da feudal-burguesia árabe e constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. As massas oprimidas judias estão chamadas a combater o Estado burguês de Israel e se unir à maioria explorada do Oriente Médio.

Adquira com o distribuir deste jornal: Resoluções do Congresso Nacional do POR boliviano
Com a caracterização política do governo Evo, balanço dos erros e acertos do POR e textos da AP de 1971

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO